

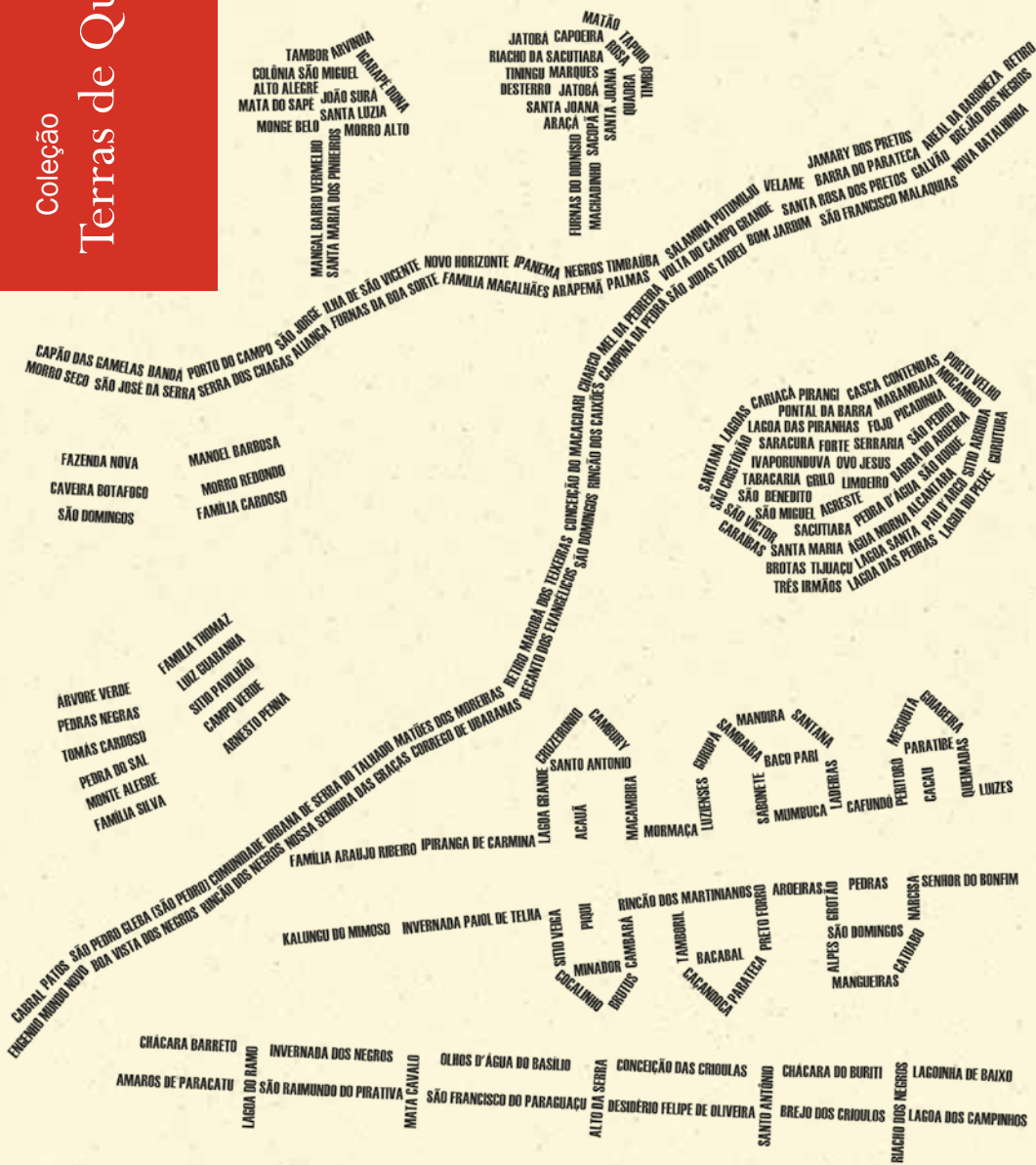


Coleção

Terras de Quilombos

Rio de Janeiro

Comunidade Quilombola São José da Serra



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA, autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

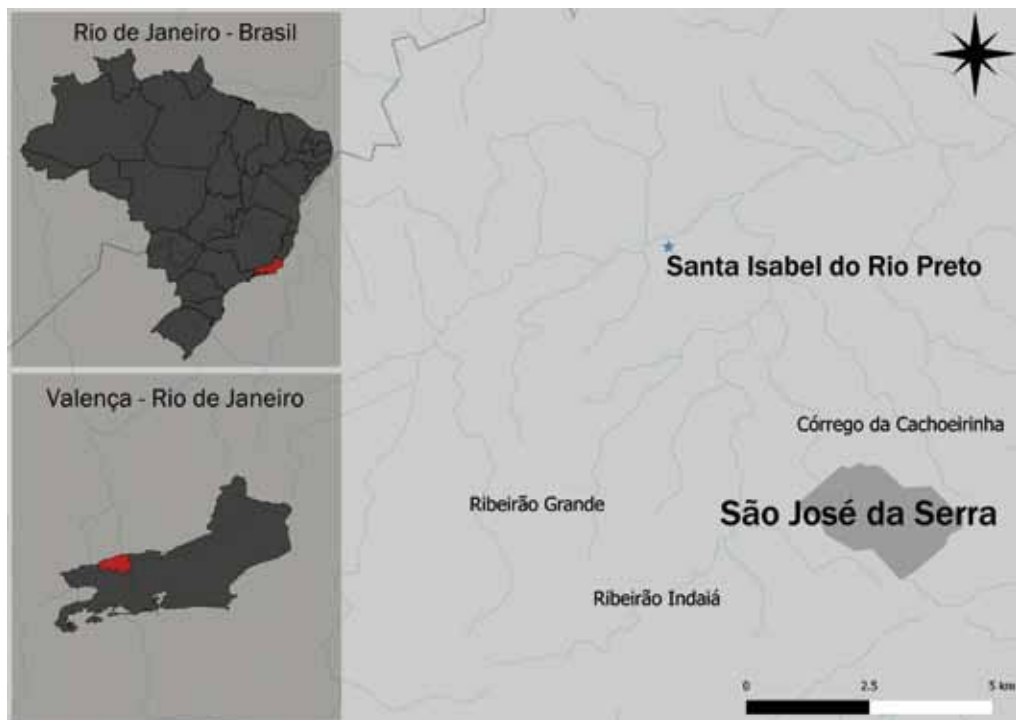
O objetivo da parceria entre INCRA, CGPCT e NEAD (MDA) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola São José da Serra

Localizado a cerca de 15 quilômetros da sede do distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no município de Valença, Vale do Paraíba, interior do Estado do Rio de Janeiro, o Quilombo São José da Serra é nacionalmente conhecido pela Festa do Jongo, realizada no 13 de Maio. Sempre em um fim de semana próximo à data em que se comemora a abolição da escravatura no Brasil, seus moradores dançam o *caxambu* cantando o *jongo* ao som dos *tambus* – tambores feitos artesanalmente com troncos ocos de árvores cobertos em uma das extremidades com pele animal. O objetivo, afirmam, é sobrepor o sentimento de liberdade ao sentimento da escravidão, à qual seus antepassados foram submetidos. **“Negro no cativeiro/ Passou tanto trabalho/ Ganhou sua liberdade/ No dia 13 de maio”**, cantam alto, para o país todo ouvir.



Quilombolas de São José cantam e dançam o jongo ao som dos timbus.

Fonte: Mapa de Cultura RJ / Isabela Kassow



O Quilombo São José da Serra, que em novembro de 2015 recebeu do Inbra a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) de seu território tradicional, de 476 hectares, é formado por uma grande família de cerca de 200 descendentes dos casais Tertuliano e Miquelina e Pedro Cabinda e Militana, escravizados que foram trazidos para o Brasil nas levas de migração forçada oriundas do Congo, de Moçambique e principalmente de Angola para a expansão da cultura cafeeira no século 19. “Nasci na Angola/ Congo que me criou/ Eu sou lá de Moçambique/ Sou negro sim, senhor!/ Lê, lê, lê, lê, lê...”, cantam no 13 de Maio, também Dia dos Pretos Velhos.

Na segunda metade do século 19, o casal Tertuliano e Miquelina, escravizados do português José Gonçalves Roxo, viu nascer cinco filhos nas terras da antiga fazenda cafeeira de São José da Serra, batizados como Dionísio, Geraldo, João, Maria e Vitalina. Depois da morte de José Gonçalves Roxo, em 1877, enquanto ocorria o longo processo de inventário de seus bens, a família continuou nas terras de São José da Serra, que se tornou, na prática, um quilombo abolicionista, pois acolheu muitos daqueles que fugiram de outras fazendas às vésperas da abolição da escravidão.

Pedro, africano de nação cabinda, e sua esposa, Militana, foram vendidos da Bahia para outra fazenda cafeeira de Santa Isabel do Rio

Preto e fugiram para a Fazenda São José, também chamada Fazenda do Quilombo, segundo o Sr. Manoel Seabra, um dos mais velhos quilombolas. Após a abolição, muitos moradores permaneceram no território quilombola surgido com as fugas que precederam o 13 de Maio, mesmo quando a antiga fazenda foi vendida, em 1895, ao médico e político republicano Fernando Antônio Ferraz, proprietário de inúmeras outras fazendas na região. Os antigos quilombolas foram então incorporados como agregados de Fernando Antônio Ferraz. “O que é que faz o negro/ Na fazenda do senhor?/ O senhor mandou embora/ Por que é que negro voltou?/ Lê, lê, lê, lê...”.

A memória das origens das manifestações culturais do Quilombo São José da Serra, em especial o caxambu e o jongo, é mantida viva pelo trabalho de Luciene do Nascimento na escola da comunidade. Em suas aulas, as crianças aprendem que as rodas de jongo aconteciam no mato e que nelas eram combinadas as fugas dos escravizados. Atentos a esse fato, informa Luciene, os fazendeiros do Vale do Paraíba acabaram por levar o jongo para o interior de suas propriedades, onde se deixaram seduzir pelo canto e pela dança dos escravizados. Com isso, ainda no século 19, o jongo se transformou num folguedo popular em toda a região. Uma popularidade que, claro, não alterou a relação entre senhores e escravizados. “Pobre do negro/ Do branco foi judiado/ Prometeram tanta coisa/ Pro negro não deram nada/ Lê, lê, lê, lê...”.

Outro marco cultural de São José da Serra, o mais antigo quilombo do Estado do Rio de Janeiro, é a religiosidade de seus moradores, que são católicos e umbandistas. As mães de santo da comunidade, famosas em todo o Rio de Janeiro, são procuradas por pessoas das mais diversas origens sociais em busca de consolo e de auxílio espiritual. “Vem gente do Rio, gente de Valença, vem um *mocado* de gente de todo lado”, contou o Sr. Manoel Seabra em entrevista no fim da década de 1990. “A chefe aí é só ela, eu sou o ajudante”, disse na ocasião, referindo-se a sua irmã Dona Zeferina do Nascimento. “Ela é em primeiro lugar, depois somos nós. É ela que comanda.” Mãe Zeferina, ou Mãe Firina, como também era conhecida, nasceu nos anos 1920 e por décadas foi a líder espiritual de São José da Serra, tendo legado seu terreiro a Terezinha Fernandes de Azedias, de 71 anos.

Uma das guardiãs da memória da comunidade, Mãe Tetê revela sentir saudades de outros tempos, quando não havia água encanada e banheiro nas casas de adobe ou pau a pique e telhado de palha, muito menos eletricidade, conquistas dos últimos cinco anos: “Fui criada com querosene, lampião a gás. Não tinha TV. Minha mãe e meus avós contavam histórias, a gente jogava bola, brincava de roda, e via sempre a Mãe do Ouro”, lembra Mãe Tetê. “Era escuro e a gente via uma bola de fogo que saía da pedra, soltava fagulha e clareava o terreiro, antes de entrar em outra pedra. A cada hora passava uma com cor diferente: amarela, vermelha e verde, que era a mais brava.”

Além dos terreiros, outro local sagrado da comunidade é a pedreira onde vive uma centenária e gigantesca árvore de jequitibá. Segundo os moradores mais velhos de São José da Serra, o lugar foi morada de índios e mais tarde foi usado como abrigo por seus antepassados. “É como se fosse nossa matriarca, um refúgio de fortaleza. Quando alguém tem alguma doença, vem rezar e é atendido”, diz Dona Maria Santinha do Nascimento Roque. Sob a copa da árvore há grutas, ossos e raízes aparentes. “A gente vê a imagem dos índios na pedra”, diz Dona Maria Santinha, mais conhecida como Santinha Sarapião.

A capela da comunidade, consagrada a São José Operário, fica ao lado da escola e sua construção foi uma reivindicação dos moradores, devotos de São José e de São Benedito. **“O dia 13 de maio é um dia muito bonito/ O dia 13 de maio é um dia muito bonito/ Todos os pretos reunidos, meu Deus do céu/ Para saudar São Benedito/ Lê, lê, lê, lê...”**, cantam no dia do santo. De acordo com Dona Terezinha, as missas antigamente eram realizadas na fazenda, e o uso de tambores gerava polêmica com os padres, sendo proibido por alguns deles. Em Santa Isabel do Rio Preto, aonde iam assistir às missas, os quilombolas também eram mal recebidos pelos párocos justamente por causa de seus tambores, que diziam ser “coisa de macumba”, conforme Dona Terezinha. Felizmente, porém, nos anos 1990, chegou à comunidade padre Medório, que não apenas admirava o batuque dos quilombolas como os incentivava a levar seus tambores para a igreja. Desde então, missa em São José da Serra não é missa sem a presença dos instrumentos.



Amigo dos quilombolas, padre Medório realizou em maio de 1995 uma missa na igreja de Santa Isabel do Rio Preto para a qual convidou todos os moradores da comunidade, que nela, pela primeira vez, puderam tocar livremente seus tambores. No início da celebração, segundo Dona Terezinha, padre Medório solicitou que todos os brancos ali presentes se ajoelhassem ante os negros em pedido de perdão pelos maus-tratos que seus antepassados haviam infligido aos escravizados. “A missa foi tão bonita”, lembra Dona Terezinha. “O padre Medório botou os brancos de joelhos para poder pedir perdão aos negros pelo que os bisavós deles judiaram dos nossos. Pediu que todo mundo se ajoelhasse e nós levantássemos as mãos para perdoar. Foi uma coisa encantada!”

Breve História de São José da Serra

Segundo o Sr. Manoel, o mais velho morador do quilombo, seu avô paterno veio da África no século 19 e era da nação dos Cabinda, originária de Angola. Foi comprado no Brasil por um fazendeiro que o maltratava muito. “Era muito castigado e aí fugiu para cá”, disse o Sr. Manoel, referindo-se à Fazenda São José da Serra. “O Dr. Ferraz era muito exigente, mas não batia, não castigava muito. Coitado, lá

nesses outros lugares, meu avô era amarrado e muito castigado.” Na São José da Serra, o avô de Dona Zeferina e do Sr. Manoel criou família e nela permaneceu até a morte. “Nós também não pretendemos sair daqui de jeito nenhum. Gostamos muito daqui. Criado e nascido, daqui não saio”, disse o Sr. Manoel.

De acordo com o Sr. Manoel, ainda menino ele ouvia os mais velhos referirem-se à São José da Serra como um quilombo: “Eles falavam: ‘**Quilombo é aqui, na Fazenda São José**’. **Meu pai que falava isso. Meu pai, vovô... Quilombo era porque eles fugiam, né? Ficavam em um lugar escondido. Vovô falava que aqui era um quilombo**”. Segundo o Sr. Manoel, seus avós paternos se casaram na Fazenda Boca do Túnel, onde eram muito castigados, e fugiram para a Fazenda São José, que chamavam de Quilombo do Ferraz. Na verdade, era comum os quilombos abolicionistas contarem com apoio e proteção de jovens republicanos. Parece ter sido este o caso. Após a abolição, a fazenda tornou-se um viveiro de mão de obra para o futuro fazendeiro, que se confundiria com o senhor dos escravos na memória dos quilombolas. “Uma velha tia minha contava que quando acabou o cativo o dono de lá bateu o sino, chamou eles todos para a roda e quando chegou ao terreirão gritou: ‘De hoje em diante, vocês são senhores do seu destino, vocês não precisam trabalhar para mim. Trabalhem para quem vocês quiserem...’, e voltou para dentro da casa chorando”, lembra Dona Zeferina. “Eles, como bobos, ficaram imaginando o que tinha acontecido com o senhor, porque eles não sabiam por que ele chorava.”

O pai de Dona Zeferina era da mesma geração que o velho Dionísio, seu avô materno. Chamava-se Manoel e era quase 30 anos mais



Vista parcial do território quilombola.

Fonte: Mapa de Cultura RJ / Isabela Kassow

velho que sua esposa, Blandina, a primogênita de 15 filhos. Manoel teria chegado à região, ventre-livre, bebê de colo, comprado da Bahia junto com seus pais, o africano Pedro e a baiana Militana, que fugiram para a São José. Dona Zeferina não chegou a conhecê-los, mas ouvia seu pai contar que Pedro e Militana trabalharam até a morte, com mais de 90 anos, em suas roças na Fazenda São José. **“Morreram antes de eu conhecê-los. Eles eram muito velhinhos e ainda trabalhavam. Trabalhavam na enxadinha deles. Nunca pararam de trabalhar. Meu avô (...) limpava a beira da casa todinha, plantava cana e feijão”**, disse Dona Zeferina.

Seu pai, Manoel, deixou a Fazenda São José ainda jovem, após a abolição da escravatura, e se mudou para Vespasiano, em Minas Gerais. Nessa cidade, casou-se, mas ficou viúvo. Serrador profissional, Manoel decidiu voltar para a São José, onde seu velho amigo Dionísio ofereceu-lhe a filha Blandina, com menos de 14 anos, em casamento. Feito o acordo entre os dois, uma semana mais tarde Manoel e Blandina estavam casados. Como o pai, vários dos irmãos de Dona Zeferina deixaram a fazenda em busca de oportunidades de trabalho em outros lugares. A própria Dona Zeferina teve de deixar a fazenda dos 8 aos 15 anos, quando trabalhou como criada na casa de uma das netas do Dr. Ferraz. Tendo se casado, voltou a morar na São José. Por sua vez, alguns de seus irmãos que partiram não voltaram definitivamente para a comunidade, mas continuaram visitando-a com seus filhos e netos nas épocas de festejos. Mais tarde, muitos desses netos e bisnetos do Sr. Manoel e de Dona Blandina decidiram voltar para o quilombo, onde sempre foram bem acolhidos pelos parentes.

Como de costume na comunidade, Dona Zeferina casou-se com o primo Sebastião Antônio Fernandes, filho de José Geraldo e Maria Crescença, ambos ventres-livres. Segundo Dona Zeferina, em depoimento confirmado nos registros paroquiais de Santa Isabel, o pai de José Geraldo, chamado Geraldo, nasceu escravizado na São José, filho de Tertuliano e Miquelina, enquanto sua mãe lá chegou bebê de colo com a mãe, Crescença, que havia sido comprada como cativa em outra região, tendo sido separada de seus dois filhos mais velhos. Todos se reuniram no território do quilombo à época das fugas em massa que antecederam a abolição e ali decidiram permanecer.

Resistência em meio às adversidades

Proprietário de um conjunto de fazendas, o Sr. Ferraz acabou por deixar a administração da São José nas mãos de seu filho Armando na década de 1920. Era o início de tempos mais difíceis para os quilombolas, que veriam pouco depois a fazenda ser herdada por Benedito Pinho, genro do Sr. Ferraz. Segundo o Sr. Manoel, criança à época, Armando frequentemente ameaçava incendiar as casas da comunidade quando os quilombolas não concordavam em prestar serviços abusivos nos cafezais ou batendo pastos. Sob sua ordem, todos os cavalos do quilombo tiveram de ser vendidos, sendo dali em diante proibido criá-los. Descontente com as atitudes do filho, o Sr. Ferraz, provavelmente um antigo abolicionista, teria lhe solicitado que não maltratasse os quilombolas e que não os expulsasse da fazenda. **“Não tirem os meus pretinhos da São José”, teria pedido pouco antes de morrer.**

Benedito Pinho cumpriu parcialmente a vontade do Sr. Ferraz, confinando a comunidade a uma área de quase 35 alqueires (cerca de 85 hectares) e mantendo a proibição de criar animais de grande porte. Os quilombolas, porém, orgulhosos de seu passado e de suas tradições, não se submeteram aos desmandos do novo proprietário da São José e continuaram a decidir por si mesmos onde plantar suas roças de milho, arroz e feijão, além de criar porcos e galinhas. Para complementar a renda, os homens batiam pasto nas terras da São José e de outras fazendas da região, já que a cultura de café havia se esgotado e as oportunidades de trabalho nas redondezas diminuiram expressivamente nas décadas de 1920 e 1930. Nessa época, muitos acabaram por deixar a comunidade, sobretudo para trabalhar nas plantações de laranja da Baixada Fluminense.

Nos anos 1940, para piorar a situação dos moradores, as antigas terras da família Ferraz começaram a ser vendidas, e a disputa em torno dos usos tradicionais do território quilombola com os proprietários oficiais da antiga Fazenda foi se tornando cada vez mais tensa. Mesmo com tantas adversidades, os quilombolas nunca desanimaram e, fortalecidos por sua espiritualidade e pelo jongo, mantiveram-se

unidos ao longo de todas essas décadas. Liderados pelo Sr. Manoel e pela Dona Zeferina, e contando sempre com o apoio dos parentes que deixaram a comunidade em busca de melhores oportunidades de trabalho, conseguiram importantes vitórias, como a construção de uma escola e de uma igreja em suas terras.

A morte de Suintila Ferraz, herdeiro de Fernando Ferraz que respeitava o uso tradicional do território quilombola, traria ao grupo novos problemas. “O filho do Seu Suinte vendeu as terras sem nem consultar a gente!”, queixou-se Dona Zeferina em entrevista no fim dos anos 1990. Desde então, os quilombolas enfrentariam novas adversidades, como a perda do direito de plantar suas roças e a obrigação de trabalhar apenas como diaristas para o novo proprietário. Sinal da prolongada deterioração das condições de vida na comunidade e da perda de sua autonomia, naquela década o Sr. Manoel teve de pedir autorização para plantar um cafezal em um morro, sendo-lhe permitido o cultivo apenas mediante o pagamento da terça. Além disso, no mesmo período, o proprietário da São José forçou os quilombolas a assinar um documento repleto de cláusulas abusivas, como a que previa que aquele que se embriagasse seria expulso da fazenda.

Segundo o padre Medório, a embriaguez nunca foi comum entre os moradores do quilombo, que ele sempre considerou ordeiros e responsáveis, mas ocorria, em sua opinião, provavelmente como um reflexo da perda do protagonismo histórico da comunidade. Insatisfeitos com essa situação, os quilombolas passaram a refletir mais sobre como garantir seu espaço e seus direitos, contando com o apoio do padre Medório. Não por acaso, o proprietário da São José certa vez disse ao sacerdote ter se arrependido de tê-lo levado à comunidade, alegando que ele estava transformando a fazenda em uma favela. Na verdade, a igreja do quilombo havia se tornado um local de encontro dos moradores, que nela se articulavam politicamente.

Insubmissos ao proprietário da São José e cada vez mais unidos, os quilombolas criaram no ano 2000 a Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra. Além disso, diversificaram suas roças nos últimos anos e atualmente vivem do plantio de milho, batata,

mandioca, feijão, goiaba, laranja, banana, jaca, maracujá, coco, pê-sego, tomate e cenoura, entre outras culturas, cujo excedente comercializam na região, assim como seus balaios de taquara e suas bonecas artesanais de palha de milho, palha de bananeira e bucha natural, vendidos em lojas de Conservatória e de Valença.

Referência Turística e Cultural

Na contramão das dificuldades vivenciadas pela comunidade ao longo do século 20, a importância social e política do Quilombo São José da Serra apenas cresceu nas últimas décadas, tendo o lugar se tornado uma referência turística e cultural para o distrito de Santa Isabel do Rio Preto e para o município de Valença. Evidência maior disso é a presença de mais de 3 mil pessoas de várias cidades do Brasil e até do exterior nos festejos do 13 de Maio, que contam não apenas com o caxambu e o jongo, mas também com rodas de capoeira, de samba, folia de reis e a bênção da fogueira, no meio do terreiro, ponto alto das celebrações. Como não poderia deixar de ser, para alimentar tanta gente animada, o melhor da culinária popular brasileira, com destaque para a tradicional feijoada no almoço.

Atentos ao potencial turístico do quilombo, os moradores da São José têm desenvolvido cada vez mais o turismo comunitário, recebendo escolas e outros grupos interessados ao longo de todo o ano. Para melhor informar os visitantes, está sendo construído um memorial contando a história do quilombo e da prática do jongo. “Meu pai e minha mãe falaram para não deixar morrer o jongo. E nós continuamos a fazer baile, dançar forró... O tambor e o forró nunca pararam”, disse o Sr. Manoel em entrevista ao documentário *Quilombo São José da Serra*. “O jongo para nós aqui é como se fosse o carro-chefe, porque, antes de a gente aprender o pai-nosso, a gente já sabe cantar o jongo”, disse Antônio Nascimento Fernandes, o Toninho Canecão, filho de Dona Zeferina e líder da comunidade, também em entrevista ao filme. “O jongo nasceu na lavoura do café. Quando começou a escravidão no Brasil, os negros foram trazidos de

várias tribos da região ali de Angola, Congo, esses lugares, e eles não falavam o mesmo dialeto. Então a maneira de se comunicar foi o jongo”, contou Toninho Canecão, lembrando o que seu avô lhe ensinou.

Em reconhecimento a sua importância na história do Brasil e do Vale do Paraíba em particular, o jongo foi proclamado patrimônio cultural brasileiro em novembro de 2005 pelo Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e registrado no Livro das Formas de Expressão. No processo de inventário foram visitadas sete comunidades jongueiras do Estado do Rio de Janeiro, entre as quais a comunidade da Fazenda São José. O registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é a constatação por parte do Estado de seu papel central na identidade das comunidades



De geração em geração: quilombolas de todas as idades cantam o jongo ao som dos timbus.
Fonte: Mapa de Cultura RJ / Isabela Kassow

negras que se formaram em todo o Vale ao longo dos séculos de escravização. “A força do quilombo mesmo é o negro, a união e o jongo. E o jongo é o início, o meio e a permanência. Eu não vou dizer fim não, é a permanência, porque tudo que gira em torno do quilombo gira em torno do jongo”, afirmou Toninho Canecão. **“Hoje no quilombo, antes de ser batizada na igreja, a criança é batizada na roda de jongo. Então, a gente tem muito respeito com o jongo”**, completou.

“Eu procuro o respeito com a nossa cultura, o respeito com o negro. É o espaço concedido sendo o espaço verdadeiro, sincero, sério. Uma coisa séria, como se fosse o jequitibá: plantar para ficar. Nós temos ali o marco da comunidade. Quando o quilombo surgiu, aquele jequitibá já estava ali. (...) É manter o negro na terra e viver com a alegria que a gente tem aqui”, disse Toninho Canecão. “Essa alegria é do tempo dos mais velhos e foi passando para nós. Agora a gente vai passando para as crianças”, afirmou com sorriso aberto o Sr. Manoel. **“A alegria é um dos marcos mais fortes do negro aqui, porque a gente não tem tristeza, a gente não sabe o que é tristeza. Sofrimento tem, tristeza não. Então, quando aproxima alguém aqui do quilombo, o que a gente tem a oferecer é alegria. Em qualquer casa, a gente pode oferecer muita alegria. E muita dança, muito batuque... É isso aí que a gente tem para oferecer”**, resumiu Toninho Canecão.

Certificados de Concessão de Uso

E a alegria oferecida pelos quilombolas de São José da Serra aos visitantes na Festa do Jongo será cada vez maior, tendo em vista a entrega em novembro de 2015 pelo Incra de Certificados de Concessão de Uso às famílias da comunidade após uma luta de quase dez anos da Associação da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo da Fazenda São José da Serra, que em outubro de 2005 requereu o processo junto à Superintendência Regional do Incra/RJ. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) que abordou aspectos cartográficos, fundiários, agronômicos, ecológicos, geográficos, socioeconômicos, históricos e antropológicos da comunidade foi concluído pelo Incra em outubro de 2006. Após a sua publicação, foram notificados os proprietários, os confinantes e órgãos públicos e autarquias eventualmente interessadas em contestá-lo.

Como seria de se esperar, foram apresentadas contestações ao RTID, mas elas foram julgadas improcedentes pelo Comitê de Decisão Regional do Incra/RJ, após as devidas análises técnica e jurídica.

Em janeiro de 2009, foi expedida Portaria pela Presidência do Incra reconhecendo e declarando como território da Comunidade Remanescente do Quilombo São José da Serra a área de 476 hectares delimitada no município de Valença, de acordo com as informações levantadas no RTID. Em comemoração ao Dia de Zumbi dos Palmares, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou, em 20 de novembro de 2009, decreto declarando como de interesse social os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola de São José da Serra, o que autorizou o Incra a propor ações de desapropriação.

A vitória dos moradores de São José da Serra é histórica e os fortalece na luta pela titulação de seu território. Além disso, certamente inspirará outras comunidades quilombolas de todo o Brasil a lutar por seus direitos até o dia em que a titulação de suas terras seja a regra em nosso país, e não a exceção. “Beira-mar, oh, oh, oh/ Beira-mar/ Beira-mar, oh, oh, oh/ O dia invém/ Beira-mar, oh, oh, oh...”



Fonte: Mapa de Cultura RJ / Isabela Kassow

Esta narrativa foi composta por Gustavo Augusto Fonseca Silva a partir do Relatório “Meu pai e vovô falava: quilombo é aqui – Memória do Cativo, Território e Identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra”, elaborado por Hebe Maria Mattos e Lídia Celestino Meireles, com informações adicionais do documentário Quilombo São José da Serra. As fotos são de Isabela Kassow.

Uma palavra da comunidade São José da Serra

Estamos vivendo nos últimos tempos uma nova fase na comunidade. Começamos a nos guiar em outros rumos com mais objetividade. Hoje as nossas reuniões têm direção: ali podemos falar o que quisermos e planejar o que fazer no amanhã. Hoje na comunidade temos certeza de que podemos fazer, porque lutamos muito por esse espaço.

Uma das coisas que queríamos muito era plantar e éramos muito limitados. Víamos nossas crianças crescendo espremidas em um pedaço de terra onde já estava faltando alimentação para a gente. As nossas crianças não podiam passar por aquilo que estávamos passando. Por isso, a entrega dos Certificados de Concessão de Uso foi muito marcante para nós. Hoje, estamos cantando e dançando essa conquista, antes não podíamos vivenciar tudo isso. Hoje, as nossas crianças podem crescer livres. Este é um ganho que não tem preço que pague: viver na comunidade com liberdade.

O dia dessa vitória vai ficar para a história. A única coisa de que tenho tristeza é que a mãe [Mãe Zeferina] faleceu antes de ver a terra livre. Era uma mulher de luta, que sempre apoiou a comunidade e faleceu em 2003. Mas temos certeza de que onde ela estiver está vibrando com a gente, vendo que estamos nos organizando cada vez mais. Agora podemos seguir lutando e elaborando projetos em prol da saúde, da agricultura e da vida dos moradores do quilombo com um planejamento de afirmação.

As atividades do quilombo atualmente são voltadas para a própria comunidade e também para o turismo. Vivemos da agricultura, do turismo e do artesanato. O artesanato da comunidade é produzido por mulheres a partir de materiais que antes eram jogados fora. Produzimos bonecas artesanais de palha e de esponja natural, o que garante uma renda extra para as mulheres. O que falta é mais divulgação sobre nosso trabalho. Conseguimos vender nossas bonecas apenas quando tem turismo. Queremos a oportunidade de colocá-las à venda em outros espaços, porque as mulheres as fazem com muito amor.

Em 19 de setembro de 2015, lançamos um aplicativo de telefone para divulgar a riqueza das comunidades da nossa região e estimular o turismo. A partir do aplicativo as pessoas podem visitar os lugares da comunidade e conhecer mais a nossa história. Vamos poder falar com mais pessoas e cada vez mais distantes. Agradecemos a Deus e ao pai Xangô, que dê proteção a todos vocês, porque aqui é terra de Xangô. Para nós o maior orgulho é poder contar a nossa própria história.

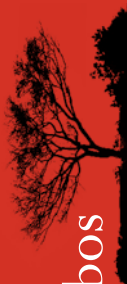


Placa da fazenda destruída no dia da certificação; bonecas artesanais produzidas pela comunidade; inauguração do aplicativo de telefone na comunidade.

Fotos: Equipe de Consulta, 2015.



Este texto foi escrito a partir de conversas com Antônio do Nascimento Fernandes (Toninho Canecão) e Luciene Estevão do Nascimento, lideranças da comunidade São José da Serra.



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CEBRAS, NUQ
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Deborah Lima, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer
CONCEPÇÃO DE TEXTO E EDIÇÃO FINAL	Deborah Lima
EDIÇÃO DE TEXTO	Juarez Rocha Guimarães, Gustavo A. Fonseca Silva
SUPERVISÃO DAS NARRATIVAS	Deborah Lima, Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Lilian C. B. Gomes, Aline Neves Rodrigues Alves, Isabella G. Miranda, Luciana Costa, Marilene Ribeiro, Suely Virgínia dos Santos
ADMINISTRAÇÃO	Kaianan Mauê S. Rosa, Priscila Z. Martins
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586qs Silva, Gustavo Augusto Fonseca
Quilombo São José da Serra / Gustavo Augusto Fonseca Silva. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado no Relatório de identificação de comunidade remanescente de Quilombo “Meu pai e vovô falava: quilombo é aqui” : memória do cativo, território e identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra de Hebe Maria Mattos e Lídia Celestino Meireles.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Castro, Hebe Maria Mattos. “Meu pai e vovô falava: quilombo é aqui” : memória do cativo, território e identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra. 4. Meireles, Lídia Celestino. “Meu pai e vovô falava: quilombo é aqui” : memória do cativo, território e identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

DILMA ROUSSEFF
Presidenta da República

PATRUS ANANIAS
Ministro de Estado do
Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO
Secretária Executiva do Ministério do
Desenvolvimento Agrário

ROBERTO WAGNER RODRIGUES
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários
e Desenvolvimento Rural

ZORILDA GOMES DE ARAÚJO
Coordenadora do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural

EDMILTON CERQUEIRA
QUÊNER CHAVES DOS SANTOS
Coordenação Geral de Políticas para
Povos e Comunidades Tradicionais

MARIA LÚCIA FALCÓN
Presidenta do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária

RICHARD MARTINS TORSIANO
Diretor de Ordenamento da
Estrutura Fundiária

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico
Superintendências nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



Coordenação Geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais



Ministério do Desenvolvimento Agrário

